



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

A AVALIAÇÃO ESCOLAR: QUESTIONAMENTOS BÁSICOS

VERA LÚCIA DA SILVA

**BELO HORIZONTE – MG
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

A AVALIAÇÃO ESCOLAR: QUESTIONAMENTOS BÁSICOS

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Ma. Beatriz Lopes Falcão do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

VERA LÚCIA DA SILVA

A AVALIAÇÃO ESCOLAR: QUESTIONAMENTOS BÁSICOS

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em ____ de novembro de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

Beatriz Lopes Falcão
Profa. Ma. – Orientadora

Vera Lúcia da Silva

Dedico este trabalho a minha mãe Iponina, meu filho João Luiz, minha família, a memória do meu pai Luiz e minha irmã Tida, que sempre me incentivou na conquista de mais uma etapa de realidade, sonho e postura mediadora, desafiadora e provocadora de meus objetivos como educadora.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e ao Divino Espírito Santo, pelos dons que tenho. A minha família que nunca deixou de apoiar-me na árdua caminhada em direção aos meus propósitos e sonhos.

Agradeço também os meus professores pelos conhecimentos que foram repassados durante o curso com amor e profissionalismo.

A minha orientadora Beatriz Falcão, que teve paciência, amor e jamais me deixou fracassar, não desistiu de mim, diante de obstáculos ocorridos e sempre muito próxima, dando suporte nos meus erros e sugestões que valeram a pena.

E não poderiam também de agradecer a força e o apoio que recebi de minhas colegas de curso e também companheiras de trabalho (Maria das Dores, Consola, Conceição, Rosilene e Silvana) deixo um apelo, estou muito feliz e realizada com as amizades que conquistei durante o curso, muito obrigado por tudo.

“Para ser mestre de crianças, é necessário primeiramente ser criança e esquecer o que sabemos”.

Jean Piaget

RESUMO

O presente trabalho trata-se da temática avaliação escolar e seus questionamentos básicos. Esta pesquisa teve como meta investigar como acontece o processo de avaliação dentro da instituição escolar e as dificuldades encontradas pelos professores neste momento. Com essa finalidade, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e observação na instituição escolar, onde foi verificado através de renomados autores como acontece esse processo, como os professores lidam com esse instrumento de construção do conhecimento e ferramenta de mudança da prática pedagógica. Esse trabalho indicou que a avaliação nas escolas deve ser compreendida como um instrumento indissociável do processo de ensino/aprendizagem. A avaliação deve ser um instrumento mediador para que os professores repensem a sua prática pedagógica e conduza a aprendizagem dos alunos ao encontro da cidadania. A avaliação é um importante instrumento na mediação e promoção da aprendizagem, percebeu-se a necessidade de mudanças no processo educativo.

Palavras-chave: Avaliação; processo; instrumento; conhecimento; aprendizagem.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	08
2. A AVALIAÇÃO ESCOLAR: QUESTIONAMENTOS BÁSICOS.....	10
3. A IMPORTÂNCIA DO PROCESSO AVALIATIVO NA ESCOLA MUNICIPAL “ANTÔNIO FIRMINO BITENCOURT”.....	15
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
5. REFERÊNCIAS.....	19
6. ANEXO: Projeto Político Pedagógico	20

1. INTRODUÇÃO

Colocar em pauta o processo de avaliação que ocorre dentro da escola é fundamental para que se tenha clareza de como essa avaliação ocorre e quais objetivos ela busca. Essa é a condição básica para que o professor possa acompanhar de fato o crescimento educacional de cada criança individualmente e em grupo. Neste contexto, é necessário priorizar a orientação e formação do conhecimento de todos que estão juntos na formação pedagógica dentro da escola, afinal é neste ambiente que criança é recebida e espera-se que a sua passagem por ele seja predominantemente instrutiva/ educativa.

O processo de ensino/ aprendizagem é complexo e deve levar em consideração vários fatores, tais como: a língua materna; a leitura; a produção escrita; a linguagem oral; a gramática; a ortografia, dentre outros. A consolidação de cada uma dessas etapas se configura na concretização da aprendizagem. As experiências que os alunos trazem consigo são fundamentais para o desenvolvimento do ensino aprendizagem, a vivência do real (concreto), fazem a diferença durante todo o aprendizado.

Nesse contexto, é relevante pensar a prática de avaliar na ação educativa: Como avaliar? Em que momento? Para quem avaliar? O que se espera com o processo avaliativo?

Dessa maneira, a avaliação precisa acontecer a todo momento e o professor deve sempre envolver as crianças, buscando alcançar uma educação de qualidade, onde os níveis de aprendizagem sejam crescentes na construção de funções mais amplas e envolventes.

A didática do professor deve ser clara e transparente para que o aluno consiga absorver o que lhe é ensinado, no qual a leitura leve-o a interpretar as diferentes situações problemas para a superação de seus obstáculos. O professor deve estar aberto para ouvir, entender e procurar sanar as dúvidas dos alunos, sendo então, necessário que ele seja um eterno estudioso e pesquisador, pois o novo acontece a todo momento.

Dentre outros aprendizados, tornar possível para a criança à compreensão dos vários gêneros textuais é de fundamental importância, sejam eles orais ou

escritos, pois, é por meio deles que elas vão se comunicar, se tornando parte da sociedade em que vive, podendo modificar, transformar suas ideias, pensamentos e ações.

De acordo com a Provinha Brasil, instituída por meio da Portaria Normativa nº10, de 26 de abril de 2007, os seguintes objetivos são almejados:

- Avaliar o nível de alfabetização dos educandos nos anos iniciais do ensino fundamental;
- Oferecer às redes de ensino um resultado da qualidade da alfabetização, prevenindo o diagnóstico tardio das dificuldades de aprendizagem;
- Concorrer para a melhoria da qualidade de ensino e redução das desigualdades, em consonância com as metas e políticas estabelecidas pelas diretrizes da educação nacional.

O processo avaliativo deve possibilitar ao professor uma postura diferenciada, investigativa e transformadora, onde o erro do aluno se torne fonte para novas e complexas informações. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs):

O professor deve ter propostas claras sobre o que, quando e como ensinar e avaliar, a fim de possibilitar o planejamento de atividades de ensino aprendizagem de maneira adequada e coerente com seus objetivos. É a partir dessas determinações que o professor elabora a proposta diária de sala e organiza sua intervenção de maneira a propor situações de aprendizagem ajustadas às capacidades cognitivas dos alunos. (BRASIL, 1997, p.55).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – (BRASIL, 1996) afirma que a avaliação não deve ser classificatória e sim formativa e cumulativa, valorizando os aspectos qualitativos e não os quantitativos. Avaliar é indispensável em toda a atividade humana, e não seria diferente no ambiente educacional, assim nos orienta os PCNs (BRASIL, 1997, p.55): “não é a aprendizagem que deve se ajustar ao ensino, mas sim o ensino que deve potencializar a aprendizagem”.

Diante desta perspectiva, o objetivo deste trabalho foi analisar os pressupostos teóricos da avaliação escolar, analisar como a avaliação acontece dentro e fora da sala de aula, quem são os responsáveis por este processo avaliativo e qual a importância deste para o aluno e como este é visto diante dos resultados apresentados. Reavaliar/ repensar a prática e a teoria utilizada na E.M. Antônio Firmino Bitencourt, através do processo avaliativo almejando observar as necessidades de cada participante desse processo, podendo então oferecer

condições para nortear o trabalho do professor na promoção de qualidade do ensino para o aluno.

2. A AVALIAÇÃO ESCOLAR: QUESTIONAMENTOS BÁSICOS

O nível de aprendizado dos alunos deve ser diagnosticado pelo professor a todo tempo, dentro e fora da sala de aula. É de suma importância que as atividades planejadas sejam interpretadas de forma coerente, dando ênfase aos relatos e experiências que os alunos trazem em sua bagagem antes e durante o período escolar.

É importante considerar as interpretações que os alunos expõem e não apenas as respostas prontas em anexos dos livros do professor, porque algumas crianças pensam, agem e interpretam situações/problemas de forma simples e às vezes inadequadas.

Nessas situações, cabe ao professor ser mediador, competente e ter domínio dos conteúdos para responder satisfatoriamente no momento certo, evitando assim constrangimentos e até mesmo dúvidas que possam deixar as crianças confusas perante aos erros cometidos, durante o desenvolvimento de atividades propostas nos livros e até mesmo em anotações dadas no dia a dia. Com base nestas situações, o professor deve compreender e refazer suas práticas pedagógicas e registrar esses momentos e, se necessário, solicitar à intervenção do supervisor e outros especialistas para montarem estratégias para melhorar a avaliação qualitativa na ação educativa.

O contexto educacional que está em processo de consolidação exige que o docente seja um eterno estudioso. Para lidar com esses e outros desafios que certamente a sala de aula provocará, o educador precisa avaliar sua prática à luz do conhecimento teórico disponível. (CAVÉQUIA, 2011, p.20).

De acordo com o ministério da educação SEB/CE (Secretaria de Educação Básica / Conselho de Educação) a aprendizagem na escola é responsabilidade de

todos e não cabe apenas ao educador a responsabilidade de alcançar seus objetivos dentro e fora do seu ambiente de trabalho. Cada educador deve preocupar com suas atitudes e tomar conhecimento de suas responsabilidades e mostrar claramente qual é o seu perfil diante da aprendizagem do aluno.

A avaliação deve acontecer de forma simples, contínua e transparente. O aluno deve ser avaliado diariamente e não somente ao final das etapas: Bimestre/Trimestre/Semestre, para cumprir normas estabelecidas pelo sistema de ensino. Segundo os PCNs a avaliação é subsídio para o professor, tomada de consciência para o aluno e possibilidade de ação para a escola:

A avaliação subsidia o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre sua prática, sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e a retomada de aspectos que devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual ou de todo grupo. Para o aluno, é o instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades para reorganização de seu investimento na tarefa de aprender. Para a escola, possibilita definir prioridades e localizar quais aspectos das ações educacionais demandam maior apoio. (BRASIL, 1997, p.81).

Tudo que o aluno faz deve ser considerado pelo professor, pois existem vários meios/métodos de se avaliar o aluno: leitura oral; interpretação de texto; ditado; produção de texto; atividade extraclasse; pesquisas de campo; confecções de maquetes; construção de gráficos; cálculos operacionais; entre outros. O bom professor é aquele que, segundo Paulo Freire (1996, p.96):

[...] consegue, enquanto fala, trazer o aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma cantiga de ninar. Seus alunos cansam, não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas.

Este método avaliativo ajuda o aluno a se descobrir como educando, dando-lhe condições de participar ativamente do processo educativo como agente direto, sendo protagonista do seu aprendizado/mérito.

No momento em que o professor valoriza o conhecimento do aluno, ele também sai ganhando, pois novas oportunidades vão surgindo diante dos desafios propostos pelos alunos, e com isso um rico e valioso aprendizado entre educador e educando acontece de forma simples e produtiva.

Para compreender a importância do tema, torna-se necessário conhecer de perto os modelos de avaliação dentro de uma alternativa a ser realizada, onde

ocorram mudanças na prática pedagógica buscando a formação plena do cidadão, para que este possa atuar na sociedade letrada em que vive sendo um agente transformador e participativo.

Nas séries/anos iniciais do Ensino Fundamental o aluno ainda não se encontra preparado para encarar o sistema avaliativo de forma quantitativa, pois se inicia na escola e começa a se descobrir enquanto aluno, fazendo da escola um novo lar, um novo ambiente para o seu convívio diário. Assim, nos orienta Cavéquia (2011, p.17), que muito mais que dar/obter notas, aprovar/conseguir aprovação, o compromisso firmado pelo professor deve ser o de ensinar, e o compromisso firmado pelo aluno, o de aprender.

Quando o sistema avaliativo não é bem preparado para conquistar o aluno, muitas vezes este aluno acaba criando certa resistência à aprendizagem, não tendo gosto pelo aprender. Como já mencionado anteriormente, ao chegar à escola o aluno traz consigo uma rica bagagem de conhecimentos, cabe então ao professor ajudá-lo a desabrochar, expor suas ideias, seus conhecimentos de forma simples e significativa, pois a língua materna é o caminho primordial para o professor dar início ao ensino/ aprendizagem. Quando a criança não é respeitada em seus limites de conhecimento, pode acabar se decepcionando e vindo então a rejeitar a escola e conseqüentemente a aprendizagem torna-se atrasada, podendo causar traumas e mudanças no seu comportamento diário.

A avaliação é útil não apenas para fornecer subsídios ao professor, mas também ao aluno, uma vez que, por meio dela, o aprendiz tem a oportunidade de conscientizar-se sobre os conteúdos que aprendeu e aqueles que ainda precisa dominar. Contudo, ao revelar ao aprendiz seus erros e suas dificuldades, o professor deve ter o cuidado de não o fazer de uma maneira depreciativa ou constrangedora. Apontar o erro ou a deficiência é algo que deve ser entendido pelo aluno como mais uma oportunidade de aprendizagem. (CAVÉQUIA, 2011, p.16).

A queima de etapas é um grande prejuízo na vida do aluno, devido a isso, o professor alfabetizador deve ter uma boa ação pedagógica, para suprir as necessidades que aluno apresentar durante o ano letivo. E segundo Nogueira e Urt (2007, p.29),

Para favorecer o sucesso da aprendizagem de seus alunos, é importante que o professor acompanhe a evolução do processo de desenvolvimento e aprendizagem, por meio de registros que lhe respondam algumas perguntas. Por exemplo: “eles estão de fato aprendendo?”, “de que forma posso ajudá-los a avançar em seus conhecimentos?”. Manter os registros,

as reflexões sobre eles e a troca de informações entre seus pares poderá gerar recursos úteis à organização de uma prática estimuladora das possibilidades das crianças.

Outro ponto importante que ajuda no conhecimento do aluno é o planejamento diário do professor. Esse planejamento deve ser flexível, pois durante as aulas ministradas podem ocorrer polêmicas que fujam ao contexto e é por isso que o professor deve ter cuidado e experiência para explicar e ensinar o aluno de forma simples e que o aprendizado seja uma intervenção pedagógica de qualidade, visando o interesse e reflexão sobre a importância do trabalho diário no decorrer do ano letivo.

Assim nos fala Morin (2003, p.61):

A educação deveria mostrar e ilustrar o destino multifacetado do humano: o destino da espécie humana, o destino individual. O destino local, o destino histórico, todos entrelaçados e inseparáveis. Assim, uma das vocações essenciais da educação do futuro será o exame e o estudo da complexidade humana. Conduzir a tomada de conhecimento, por conseguinte, de consciência, da condição comum a todos os humanos e da muito rica e necessária diversidade dos indivíduos, dos povos [...]

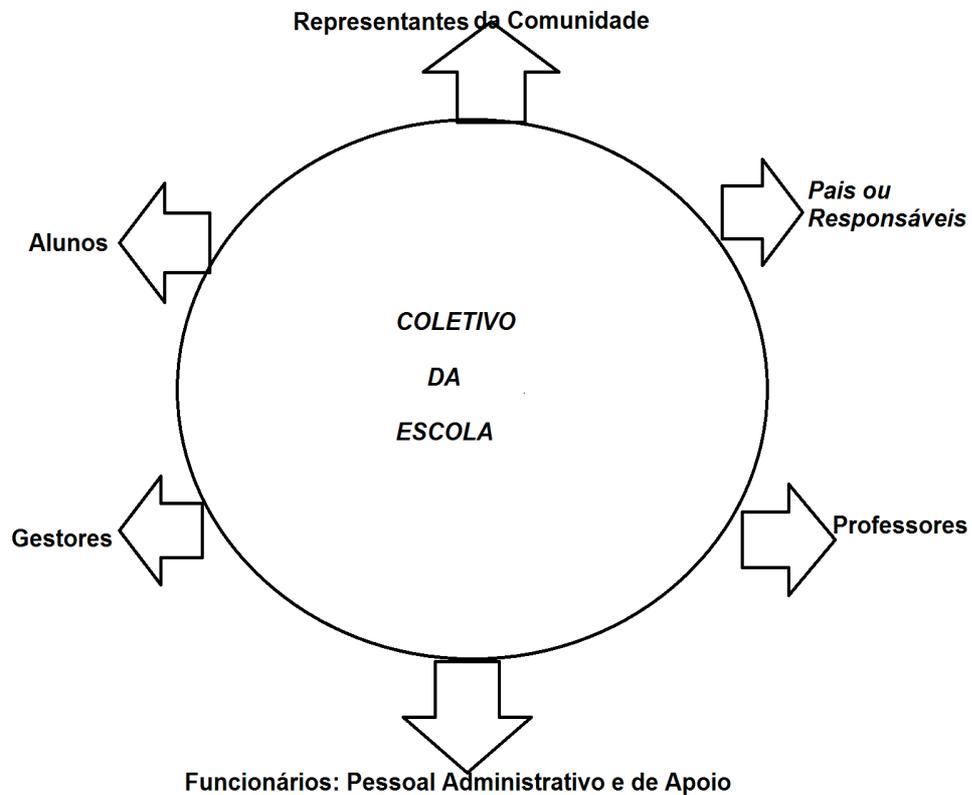
De acordo com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) avalia-se para saber o que os alunos sabem e são capazes de fazer em diversos momentos de seu percurso escolar, considerando as condições existentes nas escolas brasileiras.

A avaliação deverá ser feita para detectar o que o aluno sabe sobre os conteúdos propostos para a série/ano que está inserido e ser um caminho de referência para o professor como mediador para repensar o fazer pedagógico nas aulas ministradas, pois uma avaliação como ação mediadora ajuda e fornece base à construção de funções, articulações e pensamento, com o objetivo de valorizar a leitura como fonte de informação, interação e formação das práticas sociais e educativas. Como observa Cavéquia:

[...] o professor tem a grande responsabilidade de auxiliar cada um de seus alunos em ter garantida a aprendizagem inicial de língua/linguagem. É sua tarefa ensiná-los a buscar pontos de vista diferentes para suas hipóteses, a empenhar-se na dissolução de suas dúvidas, enfim, a aprender a aprender. (CAVÉQUIA, 2011, p.20).

A avaliação é uma forma de ajudar o aluno a recuperar conteúdos já repassados e que precisam ser reformulados para uma melhor compreensão do aluno ao longo do processo de ensino aprendizagem.

Todo o processo avaliativo passa ter a maior relevância, quando a responsabilidade pela aprendizagem seja igualmente dividida entre: gestores, professores, alunos, pais e demais segmentos da comunidade escolar.



Fonte: Marçal (2001, p.28).

O mundo social é constituído por indivíduos e segmentos que estão em constantes mudanças, no que diz respeito aos interesses da ação político pedagógica da escola, fazendo uma reflexão sobre a importância do trabalho coletivo em busca de uma visão compartilhada na escola.

3. A IMPORTÂNCIA DO PROCESSO AVALIATIVO NA ESCOLA MUNICIPAL “ANTÔNIO FIRMINO BITENCOURT”

A avaliação é de papel importantíssimo para toda comunidade escolar. O professor através dos resultados das avaliações identifica o nível de desenvolvimento de cada aluno, intervindo sua prática pedagógica e assim conseguindo avançar com aquele que apresenta mais dificuldade. O aluno é enquadrado em um nível de proficiência, podendo avançar sempre que necessário com a intervenção pedagógica.

Com relação à Escola Municipal “Antônio Firmino Bitencourt”, os alunos são avaliados diariamente de acordo com o PPP, que possui finalidades próprias, ou seja, atender as propostas educacionais e alterar a prática pedagógica dos docentes e discentes para cumprir as exigências do processo de aprendizagem.

A Escola Municipal “Antônio Firmino Bitencourt”, conta com um quadro político pedagógico de profissionais competentes e que incentivam os educadores a um trabalho contínuo e responsável, com intuito de centralizar mais a atenção ao trabalho com vários gêneros textuais, dando prioridade aos alunos de conhecerem a realidade que vivem e saberem utilizar e defenderem suas próprias necessidades e responsabilidades como cidadãos, pois a mídia e outros meios de comunicação estão propiciando ao ser humano muitos recursos, mas o aluno precisa é distinguir e defender a sua própria realidade.

O aluno é submetido a cada bimestre a avaliações quantitativas e qualitativas realizadas pelos professores com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento da turma. Os resultados são relevantes, pois norteiam as práticas pedagógicas dos professores e o desenvolvimento do aluno. Quando é satisfatório, o objetivo proposto foi alcançado, quando é baixo o rendimento são introduzidas intervenções para que o nível de aprendizagem seja alcançado.

De acordo com os resultados das avaliações externas realizadas em 2012, o nível de proficiência da escola, nas disciplinas de Matemática e Português do 5º ano, a proficiência foi de 200,75 em Matemática e 221,4 em Português, índices

superiores ao do Município que foram de 217 em Matemática e 191,19 em Português e do Estado 227,13 em Matemática e 206,76 em Português. Todos os alunos da escola realizaram as provas, sendo que no Município apenas 86,21% em Matemática e 87,93% em Português dos alunos realizaram as provas e no Estado 90,75 em Matemática e 90,76% Português dos alunos participaram da realização das provas. Quanto ao padrão de desempenho a escola na disciplina de Matemática não tem alunos no padrão baixo e 30% dos alunos da disciplina de Português estão neste padrão, enquanto no município 22% em Matemática e 37,2 em Português e no Estado 26,8 em Matemática e 26,8 em Português, dos alunos se enquadram neste padrão. No padrão intermediário estão 20% em Matemática e 20% em Português dos alunos da escola; 40% em Matemática e 39,2% em Português no município e 31,9% em Matemática e 37,7% em Português no Estado. No padrão recomendado estão 80% em Matemática e 50% em Português dos alunos da escola; 38% de Matemática e 23,9% em Português no Município e 52% em Matemática e 23,5% em Português no Estado.

Diante dos resultados apresentados, observa-se que o percentual de alunos por nível de proficiência e padrão de desempenho, o resultado da escola está melhor em relação ao Estado e ao Município, mas o trabalho continua intenso para que nenhum aluno esteja no padrão baixo e nem no padrão intermediário, uma vez que ainda encontram-se alunos com estes resultados. Observa-se também que o objetivo da escola com o processo avaliativo está sendo alcançado, pois a porcentagem de alunos no padrão recomendado é superior aos demais citados.

Quanto ao uso de tabelas, gráficos, livros do CEALE (2004) e o SIMAVE (Sistema Mineiro de Educações) indicam o trabalho com as avaliações externas (Provinha Brasil - PROEB), no 3º Ano e 5º ano do Ensino Fundamental, recomendando que as escolas municipais e estaduais, obtenham resultados relevantes na apropriação do sistema de escrita alfabético-ortográfico, bem como o desenvolvimento de capacidades motoras e cognitivas pertinentes a esse processo de alfabetização. E o planejamento, ações e intervenções necessárias para melhorar o desempenho do aluno que não consolidar as capacidades e habilidades no tempo esperado. Pois ao chegar ao 3º ano e 5º ano, o aluno deve estar lendo fluentemente e privilegiando os aspectos relativos à inserção e participação na cultura escrita, compreendendo assim as diversas situações as práticas sociais. De acordo com

Caderno do CEALE (2004, p.10) a matriz Curricular e de referência, articulam três domínios de capacidades:

- Aquisição do sistema de escrita;
- Leitura;
- Produção de textos (a oralidade).

O processo avaliativo precisa ser minucioso, e bem elaborado, pois a avaliação é de fundamental importância para a escola, porém vezes ele está claro e o aluno, que é o foco principal, fica prejudicado, diante dessa realidade o que deve ser priorizado é o crescimento pessoal, social e cultural do aluno.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo avaliativo é de suma importância dentro do ambiente educacional, através dele é possível verificar o rendimento individual e coletivo, dos alunos, dos profissionais e da escola de modo geral.

O processo avaliativo não é responsabilidade apenas do professor regente, é de responsabilidade de todos, a começar pelos pais, gestores, profissionais do quadro administrativo e demais segmentos da escola.

O aluno neste processo deve ser prioridade, pois o seu crescimento pessoal e profissional se consolidará dentro da escola, se inserido na sociedade como um cidadão participativo, crítico e criativo, construtor e formador de opiniões, progredindo e transformando o meio em que está inserido.

A escola deve receber o aluno com muita responsabilidade e cautela, pois através de sua ação ela pode estimular ou intimidar a potencialidade do aluno, devido a isso o professor não é apenas mais um na escola e em sala de aula, ele deve e precisa ser “o professor” que seja capaz de acolher e ser acolhido pelos seus alunos, fazendo realmente acontecer o ensinar e o aprender, alcançando assim a tão almejada “educação de qualidade”.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília: 1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** /Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF,1997.

CAVÉQUIA, Marcia Paganini: **A escola é nossa: língua portuguesa, 5º ano**. São Paulo: Scipione, 2011.

CEALE. **Centro de Alfabetização, Leitura e escrita**. Faculdade de Educação/UFMG. Caderno 4. Belo Horizonte. SEEMG\CEALE, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. SIMAVE/PROEB-2012/ Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. Disponível em : www.educacao.mg.gov.br. Acesso em 14/11/2013.

MORIN, Edgar. **Os sete Saberes necessários à educação do futuro**. 8.ed. São Paulo:Cortez , 2003.

NOGUEIRA, Eliane Greice Davanco; URT, Sônia da Cunha. **Avaliação do desenvolvimento da criança**. Cuiabá: Edufmt, 2007.

MARÇAL, Juliane Corrêa. **Progestão : como promover a construção coletiva do projeto pedagógico da escola?**, módulo III / Juliane Corrêa Marçal, José Vieira de Sousa ; coordenação geral Maria Aglaê de Medeiros Machado. -- Brasília : ConSed – Conselho nacional de Secretários de educação, 2001.

6. ANEXO

Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal “Antônio Firmino Bitencourt”



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
“ANTÔNIO FIRMINO BITENCOURT”
AMPARO DO SERRA – MG**

LILIANE APARECIDA MUFFATO NASCIMENTO

MARIA CONCEIÇÃO PAOLI BARBOSA

MARIA DAS DORES PEREIRA MOREIRA

VERA LÚCIA DA SILVA

**BELO HORIZONTE – MG
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
“ANTÔNIO FIRMINO BITENCOURT”
AMPARO DO SERRA – MG**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Jeanne de Jesus Rodrigues do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE – MG
2013**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO	6
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	8
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa	9
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	10
3. CURRÍCULO.....	12
3.2 Composição Curricular – Educação Infantil (Pré-Escolar).....	14
3.2 Composição Curricular – Ensino Fundamental	15
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	16
5. PROCESSOS DE DECISÃO	19
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	21
7. AVALIAÇÃO	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS	28

INTRODUÇÃO

A Escola Municipal “Antônio Firmino Bitencourt” está localizada na comunidade de Santana, zona rural do município de Amparo do Serra/MG, tendo como entidade mantenedora a Prefeitura Municipal e Administrada pela Secretaria Municipal de Educação, seu código de identificação é 256242, tendo como autorização de funcionamento a Resolução 8241/97 de 01/01/98. Os níveis e modalidades de ensino oferecido pela escola são: Educação Infantil / Pré-Escolar e Ensino Fundamental de 1º ao 9º ano, o horário de funcionamento é: turno da manhã: 7:00 às 11:15 horas; turno da tarde: 12:30 às 16:55 horas. A atual diretora é Andrea Moreira de Carvalho, o número de alunos no ano de 2013 são: Educação Infantil: 10 alunos; Ensino Fundamental: 94 alunos, a escola conta com um total de 21 funcionários.

A iniciativa da construção da Escola Municipal “Antônio Firmino Bitencourt” partiu da comunidade do Santana, que solicitou ao Exmo. Prefeito Raimundo Bellico Sobrinho, esta obra, este por sua vez reconheceu a necessidade de uma escola com sede própria para aquela população.

No dia 18 de fevereiro de 1977 foi autorizado o funcionamento da Escola Municipal “Antônio Firmino Bitencourt”, que recebeu este nome em homenagem ao Sr. Antônio Firmino Bitencourt, fazendeiro, progenitor do Sr. Vereador José Firmino Bitencourt, pela sua generosidade e amizade entre as pessoas da comunidade.

Em 1993 através da Portaria 476/93 foi autorizado à extensão da 5ª série do Ensino Fundamental, da 6ª série a partir de 1994, da 7ª série a partir de 1995 e da 8ª série a partir de 1996. O estabelecimento passou a ser identificado como Escola Municipal “Antônio Firmino” / Pré-Escolar e Ensino Fundamental (1ª a 8ª série).

Em 1994 a Escola passou a denominar-se Escola Estadual Antônio Firmino Bitencourt. Em 1997 ela foi municipalizada e passou a denominar-se Escola Municipal “Antônio Firmino Bitencourt”, de Ensino Fundamental (1ª a 8ª série).

A escola está sediada na comunidade de Santana, próximo esta localizada uma comunidade quilombola, denominada de Estiva. As crianças dessa comunidade são estudantes da Escola Municipal “Antônio Firmino Bitencourt”, que é uma escola de pequeno porte e atende exclusivamente alunos da zona rural, ou seja, da comunidade na qual está inserida. Os funcionários que nela atuam são moradores da zona urbana ou de comunidades próximas, que dependem de transporte para

chegarem até a escola. As vias de acesso são estradas de terra, e no período das chuvas acabam por dificultar a chegada até a escola. Neste período os professores e demais funcionários vão de pé para realizarem o trabalho na escola.

A escola conta com um quadro de funcionários que se dispõe da seguinte forma: 01 diretor, 01 supervisor, 01 professor recuperador, 04 professores que atuam nos anos iniciais, 01 professor que atua na educação infantil, um professor de Educação Física que atende de 1º ao 9º ano, uma nutricionista que atende a rede municipal de educação, 07 professores que atende do 6º ao 9º ano, 06 auxiliares de serviços gerais, 02 motoristas que realizam o transporte escolar dos alunos. A parte física da escola é composta por 05 salas de aula, 03 banheiros, 01 cozinha, 01 dispensa, 01 biblioteca, 01 refeitório e 01 pequena área externa.

A Gestão escolar é exercida de forma democrática, embora sua indicação não tenha sido por meio de consulta à comunidade escolar.

A gestão participativa, fundamentada no PPP, apoia-se no fato de que a democracia não pode estar distante deste importante instrumento de trabalho para a educação, assim afirma Azevedo (2010),

...a democracia não se limita à sua dimensão política, pois envolve a articulação direta desta com as práticas de participação social. Ou seja, é necessário que a maioria das instituições sociais, incluindo os serviços públicos e a escola, seja democraticamente governada. (AZEVEDO, 2010, p.2).

O PPP, como instrumento democrático, não deve apenas estar na escola, e sim fazer a escola, a começar pela sua construção que deve ser feita por todos que a compõe, onde sejam partes constituintes para participar e tomar decisões, cada um com a sua colaboração: grupo de gestores, professores, alunos, funcionários, pais, comunidade, conselhos, grêmios estudantis, associação de pais entre outros.

O PPP deve ser o retrato da escola com suas necessidades e anseios, o ponto de partida como indica Oliveira (2010) “o PPP da escola deve, de fato, mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Assim, o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar”.

Mas acima de tudo o PPP só terá a sua finalidade alcançada se na instituição escolar estiver pessoas com vontade, objetivo e preparadas para buscarem e viverem democraticamente. Assim expressa Souza (2010, p.7):

Essas instituições auxiliam de forma importante a ampliação da democracia nos processos de gestão e organização da escola. Todavia, isto tudo, como comentamos, pode significar muito pouco, particularmente se o princípio democrático não estiver sustentando a organização dessas instituições, isto é, de pouco vale a criação de conselhos e conferências e eleições se não há disposição dos profissionais que atuam na escola ou no sistema de ensino, ou dos estudantes e seus familiares, ou mesmo da sociedade em geral, na edificação de espaços para o diálogo, nos quais todos, independentemente de condição social ou vínculo com a educação, possam participar, opinando e tendo suas opiniões ouvidas e respeitadas.

E com este propósito é então reelaborado o PPP da Escola Municipal “Antônio Firmino Bitencourt”, como articulador da escola, na busca de mais educação e que seja de qualidade, com todos e para todos.

1. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO

Educar é adaptar o homem ao meio em que nasceu e transmitir-lhe os valores e conhecimentos sobre os quais lhe fez compreender que o seu destino está intimamente ligado ao da cultura que lhe conferiu a condição de ser humano. Segundo Dourado, Oliveira e Santos (2010, p.8) “uma escola eficaz é resultado de uma construção de sujeitos engajados pedagógica, técnica e politicamente no processo educativo”.

A Educação nesse século se apresenta de forma muito diversa daquela vivenciada algumas décadas atrás. A globalização, o fácil acesso às mídias, a quantidade de informações disponíveis, torna o aprendizado mais dinâmico e apresenta novas necessidades à formação do aluno. A escola, como espaço formal e adequado à educação, deve interagir-se aos seus alunos, de forma a conhecê-los e identificar nestes o conhecimento previamente adquirido, oferecendo o que ele necessita, no intuito de formar cidadãos íntegros, capazes de buscar os conhecimentos necessários e colocá-los em prática, em prol de uma sociedade que reflete, busca soluções e age de forma a encontrar a realização por meio da educação.

A Escola Municipal “Antônio Firmino Bitencourt” tem como finalidade proporcionar aos seus alunos espaço adequado, materiais apropriados, educadores capacitados, gestão participativa e democrática, que possibilitarão, segundo Azevedo (2002, p.2) “a criação e transmissão de saberes, socialização dos futuros cidadãos, desenvolvimento de competências profissionais, tudo de acordo com seus limites e possibilidades”.

De acordo com os artigos 2º e 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 a educação tem por base os seguintes princípios.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 - II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
 - III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
 - IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;
 - V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 - VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
 - VII – valorização do profissional da educação escolar;
 - VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino;
 - IX – garantia de padrão de qualidade;
 - X – valorização da experiência extraescolar;
 - XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- (BRASIL, 1996, p.1,2).

No artigo 22º da LDB 9394/96, consta a preocupação com o educando como um todo, desde o seu ingresso na escola até a sua maior idade, levando-o ao convívio social, e preparando-o para o trabalho e a sua formação intelectual.

Art. 22º A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

A Escola Municipal “Antônio Firmino Bitencourt” tem por finalidade o trabalho em equipe, o respeito pela diversidade, onde pais e alunos, professores e funcionários irão trabalhar juntos para vencer as dificuldades e superar os desafios diante de um mundo globalizado, orientando os profissionais que dela fazem parte o uso de uma didática clara e transparente que possa facilitar a aprendizagem dos

conteúdos pelos alunos, almejando alcançar uma boa qualidade da educação oferecida, qualidade que segundo Kaloustian e Masagão (2005, p.5) “é um conceito dinâmico, reconstruído constantemente”.

A Escola Municipal “Antônio Firmino Bitencourt”, buscará inovar e propiciar ao ambiente educacional um clima solidário entre todos que dela fazem parte, a começar pelo professor, dando-lhe suporte pedagógico e administrativo para que seja um bom professor como aborda Paulo Freire (1996, p. 96):

O bom professor é aquele que consegue, enquanto fala, trazer o aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma cantiga de ninar. Seus alunos cansam, não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas.

Consciente de seu papel como instituição pública e para todos, a Escola Municipal “Antônio Firmino Bitencourt” tem por finalidade oferecer ao educando mais do que o direito à escola, o direito de aprender. Numa escola que trabalha em equipe, respeitando as diversidades, que busca a parceria da comunidade escolar num apoio sólido à aprendizagem, que solidifica a cultura local e planeja suas atividades baseadas em formação contínua, o aluno, com certeza, desenvolverá o gosto pelas descobertas e a busca pelo aprendizado.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A forma como a escola se apresenta à sua comunidade demonstra a sua estrutura: como está organizada, quais os princípios que a definem, como se comportam seus agentes, como se sentem seus integrantes, quais objetivos almeja, dentro outros aspectos. Pensar em uma escola atualizada, atuante, integradora, faz com que a comunidade escolar se mobilize, no sentido de buscar melhores soluções que satisfaçam a todas as partes. Para tanto é necessário uma gestão democrática, participativa, onde se ponderem as questões, analisem e realizem as ações que levarão ao sucesso almejado.

É essencial a autonomia da escola, que em consonância com uma comunidade consciente de seus deveres e sabedora de seus direitos e obrigações perante a LDB nº 9394/96 age em prol do sucesso de seus alunos, que usufruindo

da educação recebida, constroem a realidade de um viver consciente numa sociedade sustentável, respeitável e responsável. A estrutura dessa escola participativa deve ser construída junto à comunidade, agrupando a gestão pedagógica e a gestão administrativa numa única equipe que consolida os ideais políticos pedagógicos almejados no grupo.

2.1. Estrutura Organizacional Administrativa

A Escola Municipal “Antônio Firmino Bitencourt” mantida pelo poder público municipal de Amparo do Serra e administrada pela Secretaria Municipal de Educação, juntamente com o corpo docente que compõe a escola, está localizada na comunidade de Santana, zona rural de Amparo do Serra. A iniciativa da construção da escola partiu da comunidade do Santana, que solicitou ao Prefeito, sendo que este reconheceu a necessidade de uma escola com sede própria para aquela população.

A escola conta com um quadro de funcionários que se dispõe da seguinte forma: Um diretor, um supervisor, um professor recuperador, um professor para Educação Infantil 1º e 2º período; um professor para o 1º e 2º ano (turma multisseriada); um professor para o 3º ano, um professor para o 4º ano; um professor para o 5º ano; um professor para a educação infantil; um professor de Educação Física que atende de 1º ao 9º ano; uma nutricionista que atende a rede municipal de educação; 07 professores que atendem do 6º ao 9º ano; 06 auxiliares de serviços gerais; 02 motoristas que realizam o transporte escolar dos alunos.

O horário de funcionamento da escola se divide em dois turnos: manhã e tarde, somando um total de 104 alunos. No turno da manhã funciona a Educação Infantil/Pré-Escola 1º e 2º Período com 10 alunos (04 alunos no 1º período e 06 alunos no 2º período); 1º e 2º ano (multisseriada) com 14 alunos; 3º ano com 13 alunos; 4º ano com 14 alunos e o 5º ano com 12 alunos. No turno da tarde funciona o 6º ano com 11 alunos; o 7º ano com 11 alunos; o 8º ano com 09 alunos e o 9º ano com 10 alunos.

O espaço físico da escola é pequeno, com uma área externa inadequada para a realização das atividades físicas. Pequeno espaço para a construção de uma horta, para fazer qualquer tipo de eventos, precisando usar a igreja para a realização

dos mesmos. A escola possui banheiros que precisam ser ampliados para atender satisfatoriamente os alunos. Tanto no banheiro feminino quanto no masculino existem apenas duas instalações sanitárias e um banheiro para atender aos funcionários.

O refeitório tem um bom espaço com duas mesas e dois bancos grandes, favorecendo um ambiente agradável para a realização das refeições. A cozinha é bem grande, sendo de uso exclusivo das auxiliares que preparam a alimentação dos alunos, não sendo permitida a entrada de qualquer outro funcionário ou aluno. A escola tem uma brinquedoteca, uma biblioteca que funciona junto com a sala dos professores, uma dispensa para armazenar o estoque da merenda, cinco salas de aula, um corredor; as salas contam com um bom mobiliário para uso dos alunos e professores.

É feito o possível para que o espaço físico da escola seja bem aproveitado por toda a comunidade: pais, alunos, professores e funcionários, porém sabemos que algumas melhorias precisam ser feitas, mas devido ao número reduzido de alunos, tudo acaba sendo dificultado. A comunidade está a cada dia menor e isso pode levar à nucleação da escola.

A instituição conta com um acervo bom de livros e enciclopédias, porém o espaço é muito pequeno, sendo de interesse da comunidade e funcionários aproveitar melhor a área externa com a ampliação de mais salas, aquisição de um parquinho para a recreação e plantio de uma horta. Espaço físico que de acordo com Horn (2004) é essencial para o desenvolvimento da criança.

É no espaço físico que a criança consegue estabelecer relações entre o mundo e as pessoas, transformando-o em um pano de fundo no qual se inserem emoções [...] nessa dimensão o espaço é entendido como algo conjugado ao ambiente e vice-versa. Todavia é importante esclarecer que essa relação não se constitui de forma linear. Assim sendo, em um mesmo espaço podemos ter ambientes diferentes, pois a semelhança entre eles não significa que sejam iguais. Eles se definem com a relação que as pessoas constroem entre elas e o espaço organizado. (HORN, 2004, p.28).

2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica

Conhecer o desenvolvimento humano faz-se necessário para a elaboração de uma proposta pedagógica. Esta precisa contribuir para a construção do conhecimento dos educandos sobre si mesmos, sobre o mundo que os cerca e

sobre as relações que se estabelecem entre eles como sujeitos em interação com o mundo.

A LDB nº 9394/96 em seu título III ressalta “Do Direito à Educação e do Dever de Educar” ficando claro em seu artigo 4º inciso VIII e IX a oferta de condições e qualidade de ensino.

VIII – atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático–escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

IX – padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. . (BRASIL, 1996, p.3).

De acordo com Pradime (2006) o processo pedagógico desenvolvido na escola é muito mais do que um conjunto de ações voltadas para organizar e ministrar aulas, ele vai muito além. O processo pedagógico

[...] expressa o significado atribuído à educação e legitima a existência das escolas e dos sistemas de ensino. Portanto, ele se constitui no âmago das ações educacionais exercidas por todos, voltadas para a formação tanto dos alunos quanto dos educadores, de modo que estes possam exercer o seu papel como cidadãos nos contextos sociais de que participam. (BRASIL, 2006, p.108).

A figura do gestor escolar concentra as responsabilidades assumidas pela equipe pedagógica e pela administrativa, mas as ações devem ser partilhadas por todos que compõem a comunidade escolar. Visto que a escola desempenha função fundamental na vida das pessoas, não apenas no que se refere à aprendizagem formal, mas também na construção do conhecimento e sua representação no sentido mais amplo.

A equipe gestora da Escola Municipal “Antônio Firmino Bitencourt” está sempre repensando os modos, processos, estratégias e técnicas didáticas do fazer pedagógico e também o papel do educador, buscando encaminhar-se dentro das diretrizes da LDB nº 9394/96 e dos PCNs, sendo todos responsáveis pelo desenvolvimento do aluno. Dessa forma, a interação entre todos os educadores deve ser uma constante dentro da escola, para que juntos possam encontrar soluções para problemas identificados no decorrer das ações pedagógicas.

Através de metas e ações a Escola Municipal “Antônio Firmino Bitencourt” busca promover um maior entrosamento entre as famílias e a escola, desenvolvendo a autoestima do aluno, acompanhando-o, orientando-o. Busca-se também capacitar os profissionais que atuam na escola, buscando sempre a interação e o crescimento da comunidade escolar. Agindo de forma coletiva, a escola procura democratizar o ambiente escolar, desempenhando função fundamental na vida das pessoas, não apenas no que se refere à aprendizagem formal, mas também na construção do conhecimento em sua representação no sentido mais amplo.

A Escola Municipal “Antônio Firmino Bitencourt” entende que todos os espaços devem ser aproveitados no processo ensino-aprendizagem, saindo dos limites da sala de aula. Sendo assim é entendido que os professores tem total autonomia para trabalhar com os alunos, não somente em sala de aula, mas por toda e em toda a escola.

3. CURRÍCULO

A palavra ‘currículo’ é inerente ao ambiente escolar, levando a diversas concepções derivadas de como a educação é concebida historicamente e das influências teóricas que a afetam, como sugere Moreira (2006). Então entende-se currículo como :

- (a) os conteúdos a serem ensinados e aprendidos;
- (b) as experiências escolares de aprendizagem a serem vividas pelos alunos;
- (c) os planos pedagógicos elaborados por professores, escolas e sistemas educacionais;
- (d) os objetivos a serem alcançados por meio do processo de ensino;
- (e) os processos de avaliação que terminam por influir nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos diferentes graus da escolarização. (MOREIRA, 2006, p.85,86).

Com base na citação acima percebe-se que currículo são as atividades proporcionadas aos alunos e das quais ele aprende, sendo o conjunto de matérias a serem ministradas pela escola atingindo dois conceitos importantes: o plano de estudos e o programa de ensino. De acordo com Goodson (1995) o currículo não só constrói, ele faz.

Segundo Lima (2006, p.16), um currículo democrático “deve visar a humanização de todos e ser desenhado a partir do que não está acessível à pessoa”. Além disso, a autora defende que:

subjacente à elaboração do currículo, está a concepção de ser humano e o papel que se pretende que a escola tenha em seu processo de desenvolvimento. Não há, portanto, currículo ingênuo; ele sempre implica em uma opção e esta opção poderá ou não ser favorável ao processo de humanização. (LIMA, 2006, p.16).

Gadotti (2000) entende por currículo, no seu sentido amplo, projeto pedagógico, que não deve ser confundido:

Não se pode confundir currículo com grade curricular ou com um índice de assuntos de livros didáticos. Ele é o instrumento básico da organização do trabalho na escola. Nesse sentido, ele deve integrar o formal e o não-formal, vinculando o escolar e o não escolar. Os conteúdos não devem ser transmitidos de forma desvinculada do cotidiano. (GADOTTI, 2000, p.72).

Arroyo (2006) propõe um novo olhar sobre currículo. O autor aponta para a direção de que alunos são sujeitos de direitos, logo:

Os currículos organizam conhecimentos, culturas, valores, artes a que todo ser humano tem direito. Assim, essas identidades dos educandos e nossas, tendo como referencial os direitos, obrigará a comunidade escolar a fazer escolhas sobre o que ensinar e aprender a partir do conhecimento e da cultura, dos valores, da memória e identidade na diversidade a que os educandos têm direito. Significará inverter prioridades ditadas pelo mercado e definir prioridades a partir do imperativo ético do respeito ao direito dos educandos. (ARROYO, 2006, p.67).

Silva (2007) reforça esse pensamento dizendo que:

nas discussões cotidianas, quando pensamos em currículo pensamos apenas em conhecimento, esquecendo-nos de que o conhecimento que constitui o currículo está inextricavelmente, centralmente, vitalmente, envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos: na nossa identidade, na nossa subjetividade. (SILVA, 2007, p.15).

Pensar em um currículo para a Escola Municipal “Antônio Firmino Bitencourt”, é pensar na cultura que predomina em sua comunidade e articulá-la com as condições sociais em que os alunos estão inseridos, propondo diversas possibilidades de novos conhecimentos. É traçar o caminho a ser seguido, percorrido. Os educadores tem se defrontado com uma série de imposições e

pressões sociais que demandam maior atenção ao papel da educação na construção de uma sociedade, que componha uma contextualização que abarque a real relação entre a escola e a sociedade na qual está inserida.

A educação escolar se faz em conjunto, sendo um processo gradativo, construído ao longo do tempo e tem como alicerce o currículo. Quanto à organização deste em termos das disciplinas escolares é necessário buscar sua convergência, experimentando diminuir suas fronteiras, através do trabalho coletivo, estabelecer as relações multidisciplinares entre os diversos campos do saber.

A Escola Municipal “Antônio Firmino Bitencourt” valoriza o saber popular e a experiência do aluno, buscando propiciar os instrumentos indispensáveis ao acesso do saber elaborado, condição importante para que os educandos possam usufruir de um patrimônio acumulado pela humanidade. Compartilhar da sociedade letrada em que vivem e ter mais possibilidade de entendê-la e modificá-la.

3.1 – Composição Curricular – Educação Infantil (Pré-Escolar)

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010) define o currículo como:

Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico de modo a promover o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos de idade. (BRASIL, 2010, p.12).

O planejamento curricular deve considerar a criança como um ser integral e oferecer amplas e diversificadas oportunidades para que esse processo ocorra. Sendo assim a Escola Municipal “Antônio Firmino Bitencourt” procurará garantir as experiências propostas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), garantindo experiências que:

- ✓ Promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;
- ✓ Favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical; [...]

- ✓ Recriem, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaço temporais; [...]
- ✓ Possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar; [...]
- ✓ Propiciem a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras; [...] (BRASIL, 2010, p.26, 27,28).

Cabe à Educação Infantil criar oportunidades para que estas experiências se qualifiquem, contribuindo para que a criança construa seu conhecimento, acreditando cada vez mais em si mesma.

3.2 – Composição Curricular – Ensino Fundamental

A Resolução SEE Nº 1086, de 16 de abril de 2008, artigo 1º define que:

Art. 1º O ensino fundamental deve garantir as oportunidades educativas requeridas para o atendimento das necessidades básicas de aprendizagem dos educandos, focalizando em especial:

I- o domínio dos instrumentos essenciais à aprendizagem para toda a vida - a leitura, a escrita, a expressão oral, o cálculo, a capacidade de solucionar problemas e elaborar projetos de intervenção na realidade;

II- o domínio dos conteúdos básicos de aprendizagem - conhecimentos conceituais dos vários campos do saber, capacidades cognitivas e sociais amplas e procedimentos gerais e específicos dos diversos campos do conhecimento, bem como valores e atitudes fundamentais à vida pessoal e à convivência social. (RESOLUÇÃO SSE, 2008, p.1).

É estabelecido no artigo 26 da vigente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9 394, de 20 de dezembro de 1996 que:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (BRASIL, 1996, p.43).

Assim sendo, devido à heterogeneidade das turmas, para que os professores garantam os domínios acima citados, quando necessário recebem ajuda do professor recuperador que irá dar um atendimento diferenciado procurando atender a necessidade do aluno. São utilizadas várias estratégias de ensino: oficinas, dinâmicas, trabalhos de grupo, pesquisas, etc., buscando trabalhar as relações interpessoais e analisar sempre o trabalho para efeito de replanejamento.

A pedagogia de projetos é uma ferramenta utilizada também, pois permite uma aprendizagem significativa e proporciona uma participação ativa dos educadores, além de permitir trabalhar os conteúdos de forma interdisciplinar. Assim, busca-se sempre desenvolver projetos que sejam do interesse dos alunos e educadores, que promovam uma educação integral.

A Escola Municipal “Antônio Firmino Bitencourt”, procura adequar o currículo as necessidades apresentadas pelos seus alunos, respeitando as exigências legais estabelecidas pela LBD nº 9394/96 e Resoluções vigentes. A escola é uma instituição pública e com uma ação democrática para formação de crianças e jovens preparando-os para enfrentar o mercado de trabalho e conviver em um mundo globalizado. É com esse olhar que é proposto o currículo para a escola procurando sempre uma proposta pedagógica que atinjam seus alunos.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A E. M. “Antônio Firmino Bitencourt” organiza o tempo e seus espaços escolares levando em conta o tempo vivido pela criança e pelo adolescente, o modo como eles sentem o tempo social, como fazem as descobertas peculiares à idade de cada um. Busca-se observar como fazem a interatividade e compartilham os conhecimentos, socializando no espaço e tempo escolar seus desejos, anseios, possibilidades, mesclando culturas, raças, emoções, construindo, aprendendo, ensinando.

O espaço escolar é o local onde os alunos passam grande parte do seu dia, assim sendo este deve ser principalmente um local agradável, limpo e conservado, promovendo sensação de conforto naqueles que desfrutam desse ambiente. As aulas não devem acontecer somente no espaço da sala de aula, mas utilizando também os espaços externos, interagindo com o meio ambiente. A interdisciplinaridade amplia os espaços, não fica presa em apenas quatro paredes, já que o espaço escolar é permeado pelas histórias dos alunos e educadores, onde experiências, valores, conhecimentos se constroem.

Nas salas de aula as cadeiras e mesas são apropriadas para cada faixa etária, ficando a cargo do professor regente a disposição das mesmas, podendo estar em círculo, grupos de quatro, duplas, etc, de maneira a propiciar um ambiente que integre mais os alunos e os ajudem a desenvolver suas capacidades de melhor

forma. Nas salas multisseriadas os professores dispõem o mobiliário de modo a favorecer os níveis da turma e facilitar a alcançar os objetivos propostos para as etapas. De acordo com Rojas (2008),

A sala de aula é uma das primeiras grandes buscas que cada um de nós empreende. É nesse “espaço de ação”, que é a sala de aula, que se desenrolam mais intensamente as articulações e contradições entre o eu e o outro, entre o passado e o futuro, entre a tradição e a revolução, entre a criatividade e o conformismo, entre a fala dialógica e a fala impositora, entre a difusão de ideias sobre as pessoas. É onde ocorre o movimento, do pensar, do agir e do fazer. Entrelaçando-se em ricas construções. (ROJAS, 2008, p. 27)

A E. M. “Antônio Firmino Bitencourt” conta com um espaço externo de pouca extensão, que ainda não é propício às atividades de aprendizagem e lazer, mas que é usado pelos professores com criatividade. Com uma estruturação, um campo de futebol pequeno pode ser feito nesta área, assim como a colocação de um playground para entretenimento dos alunos dos anos iniciais.

As aulas do 1º ao 9º são divididas em módulos, sendo que do 6º ao 9º ano os professores são por conteúdo, estes mudando de sala no término de cada módulo. As turmas do 1º ao 5º ano contam com o professor regente e o professor de educação física, que ministra suas aulas, em geral, na área externa.

A brinquedoteca, assim como o refeitório, torna a escola mais estimulante para seus alunos, incentivando-os na diversão, própria da infância, e na educação alimentar, apresentando a estes um ambiente mais adequado para se nutrirem e fazerem refeições equilibradas. Esses espaços são compartilhados, dividindo-se as turmas em dois momentos para o uso do refeitório de melhor forma, em cada turno. A brinquedoteca tem um cronograma para que todos os alunos da educação infantil e anos iniciais possam usá-la de maneira adequada e proveitosa.

A reforma da biblioteca, alterando seu espaço físico faz-se necessário, pois o acervo desta é grande, sendo difícil a sua colocação e o desenvolvimento de atividades variadas com participação de toda uma classe, e enquanto a construção não acontece vai-se dividindo as turmas e seguindo também um cronograma.

O espaço físico da escola poderá ser melhor aproveitado, depois de algumas reformas, podendo-se usar as áreas externas nas atividades esportivas e culturais, assim como poderá ser usado pela comunidade nos finais de semana para lazer e

local de formação.

O tempo na E. M. “Antônio Firmino Bitencourt” é dividido em dois turnos, para atendimento da educação infantil e anos iniciais na parte da manhã e anos finais do Ensino fundamental na parte da tarde. A educação infantil privilegia tempos maiores com o brincar, já que dessa manifestação infantil deriva o conhecimento e a construção do saber que se solidificará no processo de ensino-aprendizagem desenvolvido nos anos iniciais. De acordo com Vygotsky (1991, p.170),

A ação na esfera imaginativa, numa situação imaginária, a criação das intenções voluntárias e a formação dos planos da vida real e motivações volitivas – tudo aparece no brincar, que se constitui assim, no mais alto nível de desenvolvimento pré-escolar. A criança desenvolve-se essencialmente, através da atividade lúdica. Somente nesse sentido o brincar pode ser considerado uma atividade condutora que determina o desenvolvimento da criança.

Com aulas bem planejadas e ministradas por conteúdos, mas com um único professor regente, a escola, nos cinco primeiros anos do ensino fundamental I, almeja alcançar a alfabetização e letramento de todos os seus alunos, baseados no desenvolvimento de um conjunto de conhecimentos e capacidades fundamentados nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

No turno da tarde desenvolve-se o ensino fundamental II, com aulas divididas por módulos de 50 minutos, ministradas por professores de conteúdo, de acordo com o currículo, composto por uma base nacional comum – matemática, língua portuguesa, ciências, história e cultura afro-brasileira, geografia, educação física, ensino religioso, artes e uma parte diversificada, composta pela língua inglesa. Integrados aos conhecimentos conceituais essenciais dos vários campos do saber e às capacidades cognitivas e sociais amplas e procedimentos gerais e específicos dos diversos campos do conhecimento estão os valores e atitudes fundamentais à vida pessoal e convivência social, alicerçando a escola. Para que o aluno consiga um mínimo de 60% para aprovação, é oferecido todo um suporte, como ensino paralelo, aulas com professor recuperador, reenturmação, encaminhamento para acompanhamento médico e psicológico quando necessários reuniões com a família para que aconteça uma ajuda mútua e no caso desse percentual não ser atingido o aluno é reprovado ao final daquela série.

Na perspectiva de um atendimento dos alunos pelo Programa Escola Mais,

estes deverão permanecer na escola por pelo menos sete horas diárias, participando de atividades diversificadas, que ampliarão seus currículos. As atividades poderão ser desenvolvidas em outros espaços da comunidade, como no salão da igreja, proporcionando assim condições aos alunos de enriquecimento cultural e tecnológico, em parceria com a comunidade. Este acréscimo no tempo poderá ser favorável a uma melhor aprendizagem dos alunos, assim como proporcionará condições de desenvolvimento de suas potencialidades, que não as do currículo formal, utilizado pelas escolas públicas. Assim, percebe-se que:

Ampliar o tempo de escola com recuperação paralela, em outro horário, não é o mesmo que implantar um currículo de formação (que inclui a instrução) em tempo integral que permita lidar com motivadores *naturais* das crianças e não apenas com motivadores artificiais baseados em nota ou avaliação informal. (FREITAS, 2004, p. 28).

Com a valorização dos trabalhos desenvolvidos pelos alunos e apresentados à comunidade escolar através de exposições, feiras, painéis, auditórios e reuniões familiares, a Escola Municipal “Antônio Firmino Bitencourt” anseia o pleno desenvolvimento de seus alunos, atingindo suas metas com o melhor aproveitamento de seus tempos e espaços.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

Tornar a escola verdadeiramente democrática e participativa, não é uma questão fácil, pois demanda esforços e trabalho coletivo, que passa diretamente pelo viés da Tomada de Decisão. Decisões que deve contar com a participação de todos que compõe a escola, agindo de forma política e coerente, onde os interesses sejam alcançados através de uma gestão clara e transparente.

Baseados no que nos sugere Ferreira, (1988), Tomada de Decisão é o ato ou efeito de tomar, de decidir, resolução, determinação, deliberação, desembaraço, disposição, coragem, capacidade de decidir, a qual segundo Gonçalves e Carmo (2001, p.26) “O administrador durante a execução deve ter uma postura de acompanhamento, apoio e cobrança, bem como de coordenação de esforços visando ao alcance de objetivos comum”.

O gestor educacional responde pelas decisões apresentadas pela escola, esse líder deve apresentar um perfil democrático, participativo e que saiba delegar funções, pois ele precisa facilitar e estimular a participação de: pais, funcionários, professores, equipe pedagógica, alunos, a comunidade escolar em geral nos processos decisórios da escola. Segundo Gonçalves e Carmo (2001) o gestor é capaz de fazer a:

Seleção de pessoal capaz de desempenhar satisfatoriamente as tarefas. Estabelecimento claro das funções de cada um, especificando as inter-relações hierárquicas. Elaboração de documentos, o manual de organização que contenha todas as informações necessárias ao bom funcionamento da instituição. Providências quanto aos recursos físicos, materiais e financeiro que garantam o êxito do empreendimento. (GONÇALVES e CARMO 2001, p. 25 e 26).

Para Gonçalves e Carmo (2001) as decisões devem ser partilhadas, onde o eu deve ser substituído pelo nós:

[...] a decisão, em uma organização, não é um assunto pessoal, e que a eficácia das decisões não resulta da qualidade das decisões de uma só pessoa, pelo contrário o processo de decisão é um assunto de toda a organização, e o critério pela qual uma organização pode ser avaliada não é a qualidade das decisões tomadas por ela, mas a eficácia com que ela executa as decisões. (GONÇALVES e CARMO, 2001, p.63).

A Escola Municipal “Antônio Firmino Bitencourt” busca compartilhar entre a comunidade escolar seus conhecimentos, difundi-los e comprometendo a todos nas decisões tomadas, por meio de reuniões e assembleias para debates com os segmentos da escola. Uma ação que a escola precisa colocar em prática é a criação do Conselho Escolar, que até o momento é inexistente. Não apenas a sua criação, mas a conscientização de toda a comunidade escolar sobre a importância da participação do Conselho Escolar na tomada de decisões que segundo Souza (2010, p. 4):

[...] pode significar muito pouco, particularmente se o princípio democrático não estiver sustentando a organização dessas instituições, isto é, de pouco vale a criação de conselhos e conferências e eleições se não há disposição dos profissionais que atuam na escola ou no sistema de ensino, ou dos estudantes e seus familiares, ou mesmo da sociedade em geral, na edificação de espaços para o diálogo, nos quais todos, independentemente de condição social ou vínculo com a educação, possam participar, opinando e tendo suas opiniões ouvidas e respeitadas.

A escolha do diretor ainda se dá pela indicação da Secretaria de Educação, fato esse que deve se encaminhar para uma escolha democrática, com a aprovação da comunidade escolar, já que este é um direito garantido na Legislação e que é a tendência das políticas públicas colocarem em favor de uma sociedade democrática. Assim nos orienta Souza (2010, p.3-4).

Eleições de Dirigentes Escolares: A democratização da educação pública também exige que tomemos uma posição muito clara quanto ao processo de escolha dos dirigentes escolares. A direção das escolas públicas deve sempre ser preenchida através da escolha direta eleição entre os integrantes da comunidade escolar, que devem indicar soberanamente o profissional da educação que será o seu representante junto ao poder constituído e junto à sociedade.

Os recursos obtidos pelo PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) são distribuídos e gastos de acordo com as necessidades da escola, as decisões são geralmente assumidos pelo diretor e os demais representantes do caixa escolar, que fazem as compras e as reformas necessárias de acordo com as prioridades da escola. É outra situação que precisa ser reelaborada e feita de forma democrática, com a participação de todos os segmentos da escola.

Coletivamente, a Escola Municipal Antônio Firmino Bitencourt, busca tomar suas decisões de forma participativa e democrática, visando à formação integral de seus alunos, para a atuação digna na sociedade, como afirma Gonçalves e Carmo (2001, p.12) a [...] “busca é formação plena do homem capaz de participação eficiente na sociedade e produtiva nas relações do trabalho”. Ainda de acordo com os referidos autores,

A escola deve ter objetivos muito mais elevados: - formar cidadãos íntegros, que venham ser úteis à comunidade e capazes de dirigir os destinos da pátria, ou seja, trabalhar com pessoas e suas diferenças individuais. Deve-se considerar a mão de obra especializada exigida (hoje pela lei federal 9394/96 – cap. X, para todos os profissionais da educação). Essa mão de obra é tanto mais eficiente quanto mais possuída pelo elevado ideal de educar. (GONÇALVES e CARMO, 2001, p.24).

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

O ambiente educacional deve considerar as várias formas de relações de trabalho, entre elas podemos citar: professor x professor, professor x aluno, comunidade escolar x instituição escolar.

As relações de trabalho entre os funcionários da Escola Municipal “Antônio Firmino Bitencourt” é muito tranquila, são funcionários responsáveis que procuram realizar o trabalho da melhor forma. Os alunos são em sua maioria crianças carentes que necessitam de muita atenção, acostumados com a vida no campo distante dos grandes centros urbanos.

Os anos passam e com o passar do tempo à sociedade se transforma, se reconstrói e novos interesses nascem, enquanto alguns conhecimentos que até então eram fundamentais se tornam ultrapassados e não causam grandes transformações.

A existência de alguém para ensinar implica na de alguém para aprender. Entretanto, o ato de ensinar não está ligado diretamente ao ato de aprender, e aqui é que reside a perversão, já que não há meios de se garantir que a aprendizagem aconteça a partir do ato educativo e não há como restringir o processo de aprender sem pensar no outro. (PASCHOALINO, 2009, p.32)

A educação de modo geral se transformou e essa transformação exigiu de todos que dela fazem parte muita dedicação e um diálogo aberto e transparente para que os objetivos educacionais não se percam, dando abertura aos conflitos e atritos que possam surgir com a chegada do novo. Segundo Paschoalino (2009, p.29) “O trabalho docente vem alterando sua constituição a partir de diversas mudanças ocorridas na sociedade que interferem neste trabalho”.

A Escola Municipal “Antônio Firmino Bitencourt” é uma escola aberta ao público, e procura se atualizar para oferecer boas condições de trabalho aos seus funcionários e alunos. Por ser uma escola pequena, que atende alunos que são frutos de uma comunidade rural, muitos conflitos que fazem parte da atual sociedade não são vistos dentro da escola, mas se por algum motivo nasce algum atrito entre alunos x alunos e ou professores a família é comunicada para que o problema seja solucionado da melhor forma possível, respeitando o direito do aluno sem tirar a autonomia do professor. De acordo com Paschoalino (2009, p.59),

No Brasil, a violência nas escolas tem atingido patamares assustadores. A depredação de patrimônios públicos, espancamentos de colegas e de professores são notícias que passam a ser rotineiras. Há escolas onde se percebe até mesmo nas suas paredes o medo de funcionar pelas pichações deixadas, pois o outro, o aluno, pode ser uma ameaça para sua segurança.

Como a escola funciona em dois turnos e as turmas são divididas de acordo com a faixa etária, pouco se vê atritos entre os alunos, e quando acontecem são facilmente resolvidos, pois são atritos próprios da faixa etária das crianças ou adolescentes. Os professores contam com o apoio do supervisor para auxiliar no trabalho pedagógico desenvolvido e na resolução de pequenos conflitos entre os alunos, buscando sempre a participação familiar na vida escolar de seus filhos.

O trabalho desenvolvido pelos auxiliares de serviços gerais acontece com a supervisão de uma nutricionista que o faz de maneira harmoniosa, buscando sempre a satisfação destes profissionais para melhor atender a todos. A escola oferece um bom ambiente de trabalho, onde todos se conhecem e se comunicam como uma grande família.

Trabalho e satisfação profissional devem caminhar juntos, e por isso a direção da escola é parte fundamental nesta construção. O diretor é o articulador das relações dentro da escola e este deve primar pela ética e gestão democrática no ambiente educacional como nos fala Paschoalino (2009, p.29) “Obedecer à norma é uma opção. Transgredi-la já é uma escolha.”

7. AVALIAÇÃO

Avaliar é indispensável em toda atividade humana, e não seria diferente no ambiente educacional. A avaliação é imprescindível para que mudanças aconteçam e para que as ações positivas sejam divulgadas e compartilhadas com toda a comunidade escolar; dividir para multiplicar o saber.

Durante a avaliação é necessário uma constante reflexão, repensando sempre a prática educativa, as relações interpessoais buscando inovações que possam facilitar e melhorar nossa ação de educar.

Avalia-se também para conhecer os alunos, suas necessidades e seus interesses, para diagnosticar o que se está aprendendo e se a pedagogia utilizada pelo professor está sendo entendida pelo aluno.

Segundo CAED (2012) partindo do princípio da educabilidade – todos têm condições de aprender – a avaliação deve ter um caráter formativo, onde o professor deve compreender através dela o processo de aprendizagem do seu aluno, seus

avanços, suas dificuldades, e a partir daí traçar, junto com a comunidade escolar, maneiras mais eficazes de promover o conhecimento.

Com a participação da comunidade escolar a avaliação torna-se um processo democrático, interagindo o saber apreendido anteriormente com os conhecimentos passíveis de aprendizagem detectados com as dificuldades. Nesse sentido, torna-se mais abrangente os conteúdos que se fazem necessários em um processo contínuo, onde não se mensura com notas, mas o quanto se evoluiu a partir do aprendizado anterior.

A Escola Municipal “Antônio Firmino Bitencourt”, utilizará do processo avaliativo, como instrumento de apreciação para corrigir, reelaborar a proposta pedagógica a fim de orientar a tomada de decisões em relação às atividades didáticas, administrativas, financeiras e pedagógicas. Sobre o ato de avaliar Luckesi (2000) afirma o seguinte,

Defino a avaliação da aprendizagem como um ato amoroso no sentido de que a avaliação, por si, é um ato acolhedor, integrativo, inclusivo. Para compreender isso, importa distinguir avaliação de julgamento. O julgamento é um ato que distingue o certo do errado, incluindo o primeiro e excluindo o segundo. A avaliação tem por base acolher uma situação, para, então (e só então), ajuizar a sua qualidade, tendo em vista dar-lhe suporte de mudança, se necessário. A avaliação, como ato diagnóstico, tem por objetivo a inclusão e não a exclusão; a inclusão e não a seleção - que obrigatoriamente conduz à exclusão. (LUCKESI, 2000, p.172).

Como a avaliação é formativa, ela não tem o objetivo de verificação se o aluno atingiu ou não tais objetivos, mas sim se ele adquiriu aprendizado, se apropriou do que lhe foi ensinado. Este também é o momento do educador verificar sua metodologia, se seus processos de ensino estão de encontro com as necessidades dos alunos e fazer a retomada do que não foi apropriado pelo educando.

Na atual situação da Escola Municipal “Antônio Firmino Bitencourt”, a partir da análise feita pelos profissionais da educação a respeito dos resultados das Avaliações Externas e Internas, verificou-se que houve resultados satisfatórios em relação ao desempenho escolar por alguns alunos. Entretanto, verificou-se que alguns não atingiram o desempenho desejado.

Com a análise dos resultados das avaliações externas e internas, constatou-se que a escola possui:

- Alunos ainda não alfabetizados;
- Alunos com dificuldades em leitura, escrita e cálculos matemáticos;
- Alunos desinteressados, com falta de compromisso com os estudos e índices de indisciplina.

Diante de tal situação o desejo da escola é investir na melhoria do ensino e maior desempenho dos alunos para atingirem o nível recomendado que é lendo e escrevendo satisfatoriamente e operando cálculos matemáticos com precisão, nas próximas avaliações. Sensibilização e conscientização dos professores, pais e alunos.

As ações propostas pela escola são inúmeras, entre elas citam-se: atendimento individualizado e aulas de reforço aos alunos com dificuldades; reavaliar a proposta pedagógica da escola, procurando dinamizar as aulas e envolver os alunos na busca pelo saber; trabalhar os diversos tipos de gêneros textuais e promover projetos de leitura procurando incentivar o gosto e o hábito de ler aos alunos; utilizar as várias formas matemáticas de cálculo e interpretação de gráficos; mobilizar os professores no sentido de procurar modificar práticas de ensino, revendo a metodologia, os conteúdos, as estratégias, a organização da sala de aula, a relevância dos temas abordados e os recursos didáticos adotados; entre outros.

Para que ações propostas aconteçam todos são responsáveis: diretor, vice-diretor, supervisor, professores regentes e recuperadores, alunos e comunidade escolar.

A avaliação dos profissionais da educação deve ser realizada através da Avaliação de desempenho. Ela é um instrumento que permite um momento de reflexão e avaliação de todos os funcionários da escola, favorecendo o aprimoramento do desempenho, visando à melhoria da escola como um todo.

Embora esteja proposta em documentos da rede pública a qual a escola está diretamente vinculada, a avaliação de desempenho dos profissionais da educação não acontece ainda na escola. Esta é uma das propostas indicadas por este projeto, para que de agora em diante se coloque em prática o que é proposto pela LDB nº9394/96 em seu artigo 67 inciso IV:

Art.67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais de educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

IV – progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho.

A avaliação será realizada de forma democrática, tendo como base a autoavaliação e a avaliação feita por uma comissão eleita pelos próprios funcionários a qual avaliará de forma ética e com responsabilidade, colocando o profissionalismo acima das diferenças pessoais ou particulares que possa haver. Avaliar com o objetivo de somar, não de punir.

Outro ponto relevante que deve ser avaliado é o trabalho do gestor escolar, que embora este seja uma indicação do poder público municipal, deve ter seu trabalho avaliado pelos profissionais da escola e pela comunidade escolar.

Sendo a avaliação um instrumento da gestão educacional, propondo um olhar mais profundo nas ações propostas pela e para a escola, esta não pode deixar de acontecer em torno da instituição escolar a qual afirma Brasil (2006, p. 163):

Avalia-se para firmar valores, ou seja, avalia-se para subsidiar, induzir, provocar mudanças em uma dada direção, evidenciando-se que não há neutralidade nos caminhos, nos procedimentos e instrumentos que são utilizados em uma atividade ou em um processo avaliativo.

Através da avaliação torna se possível evidenciar a qualidade das gestões administrativas, pedagógicas e financeira do município em relação à educação e a instituição escolar, podendo ser evidenciados os interesses e prioridades que são estabelecidos para e pela educação.

Com o objetivo de somar, dividindo as responsabilidades, e propondo com que cada membro que compõe a escola dê a sua contribuição, Saul (1998) evidência que o “compromisso principal desta avaliação é fazer com que as pessoas direta ou indiretamente envolvidas em uma ação educacional escrevam a sua própria história e gerem suas próprias alternativas de ação”.

Como um instrumento da gestão democrática e participativa, é proposto às instituições o Projeto Político Pedagógico como articulador das ações propostas pela escola, devendo este ser um norteador amplamente divulgado e consultado pela comunidade escolar.

Diante da realidade apresentada e vivenciada pela Escola Municipal “Antônio Firmino Bitencourt”, torna-se imprescindível à avaliação deste por todos os membros da escola, procurando evidenciar a sua importância e relevância dentro do ambiente educacional.

É através do PPP que muitas das ações inexistentes na escola, poderão ser concretizadas, tornando a escola verdadeiramente democrática e para todos. Segundo Brasil (2006, p.163) “vale lembrar que muitas vezes não se tem clareza quanto ao projeto realmente vivido pela instituição e, neste caso, a avaliação pode se constituir em um caminho, até mesmo, para explicitação do projeto em curso”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de um novo contexto estrutural e vivendo a era digital, onde os saberes são difundidos e propagados por o todo o mundo, cabe à educação reavaliar suas propostas, qualificando e se atualizando diante do novo, preparando seus autores “corpo docente e administrativo, corpo discente e comunidade” para usufruírem do novo que está disposto, nas redes sociais, mercado de trabalho e na sociedade em geral.

Quem avaliará e tornará possível que os avanços sejam para alguns ou para todos, são todos que fazem o dia a dia da escola, a responsabilidade é de todos e para todos, caso contrário este PPP não se justifica como um Projeto, Político e Pedagógico.

Caminhar para realizar e viver uma escola ideal são aspectos que fazem parte do sonho de toda escola e de construir uma história da educação, em que o fazer junto propiciará o encontro do ideal: uma escola justa e solidária, libertadora e sem opressões, com qualidade e social, pedagógica e educadora e de oportunidade e para todos.

Percebe-se a necessidade de aulas mais significativas para os alunos, onde a formação continuada dos profissionais da educação deve ser uma constante, onde haja o gosto em aprender, que o aluno participe mais efetivamente da construção de seu próprio conhecimento e que ocorra o desenvolvimento de sua autonomia pessoal e de atitudes de respeito individual e coletivo.

Sabendo-se que o PPP surgiu da necessidade de trabalhar projetos e que estes não podem estar solto, sem direção, onde a tomada de decisão deve estender-se a todos os integrantes da escola e todos são responsáveis para o bom êxito do mesmo. É nessa perspectiva que se justifica a reelaboração do PPP da Escola Municipal Antônio Firmino Bitencourt, propondo uma mudança de postura no olhar em torno da educação.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Os Educandos, seus Direitos e o Currículo**. In: MEC, Indagações sobre Currículo, 2006.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 14/05/2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1988 e alterações posteriores.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília: 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica**. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). **PRADIME**: Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação/ Ministério da Educação. V.3. Secretaria de Educação Básica - Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006.

CAED, UFJF, **A avaliação Interna da Aprendizagem e a Avaliação Externa de desempenho**. Faculdade de Educação de Juiz de Fora, 2012.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública**. Educação & Sociedade, vol. 28, n.º 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100.pdf>. Acesso em 10/05/2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação**: Um campo de atuação do gestor educacional na escola. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 06 de maio de 2013.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições.** 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 20 de abril de 2013.

ESCOLA DE GESTORES – MEC.. **Avaliação da aprendizagem, avaliação institucional e gestão escolar:** a síntese necessária. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 14/05/2013.

ESCOLA DE GESTORES – MEC.. **Avaliação institucional:** elementos para discussão. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 14/05/2013.

ESCOLA DE GESTORES – MEC.. **Formação de profissionais da educação no Brasil:** o curso de Pedagogia em questão. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 12/05/2013.

ESCOLA DE GESTORES – MEC.. **Território e Lugar:** espaços da complexidade. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 10/05/2013.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário básico da língua portuguesa.** Folha/Aurélio. S. Paulo. Editora Nova Fronteira, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Luiz Carlos de. **CICLO OU SÉRIES? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espaços da escola?** GT 13 - 27ª Reunião Anual da ANPED, 2004. Disponível em: www.anped.org.br. Acesso em 10/05/2013.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas Atuais da Educação.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

GONÇALVES, Jussara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão escolar e o processo de tomada de decisão.** Disponível em: <http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/>. Acesso em 12/05/2013.

HORN, Maria da Graça de Souza. **Sabores, cores, sons, aromas.** A organização dos espaços na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KALOUSTIAN, Sílvio (org.); MASAGÃO, Vera. **Indicadores da qualidade na educação** - Versão adaptada para o programa Escola de Gestores da Educação Básica - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio

Teixeira, 2005. 60p. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 20 de abril de 2013.

LIMA, Elvira Souza. **O Currículo e o Desenvolvimento Humano**. In: MEC, Indagações sobre Currículo, 2006.

LOPES, Alice Casimiro. **Discursos nas políticas de Currículo. Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 2, pp. 33-52, jul/dez 2006. Disponível em: [http://www..orgcurriculosemfrnteiros /vol6iss2articles/lopes.pdf](http://www.orgcurriculosemfrnteiros/vol6iss2articles/lopes.pdf). Acesso em 10/05/2013.